

O jeito asiático face à globalização

Paulo A. Pereira Pinto¹

Diplomata. Exerce as funções de Diretor do Escritório Comercial do Brasil em Taipé, desde fevereiro de 1998

Introdução

Recebi amável convite da Associação Latino Americana de Estudos de Ásia e África para participar de seu X Congresso, na Universidade Candido Mendes, nesta cidade maravilhosa do Rio de Janeiro.

Segundo fui informado, o tema central deste evento será: Cultura, poder e tecnologia: África e Ásia face à globalização. Pretende-se, aqui, analisar as características do atual processo de integração mundial, conhecido como “globalização”. Entre os três objetivos principais anunciados pelos organizadores do evento, escolhi, para minha exposição, o referente ao exame de como a globalização afeta a diversidade cultural, questiona a identidade dos povos e que relações de poder surgem destas interações.

Nessa perspectiva, adotei a orientação do Prof. René Armand Dreyfuss², que busca identificar os efeitos da globalização no tecido político e de gestão, na medida em que altera o sentido da noção de “pertencer”, resignificando a multiplicidade de inserções sociais e nacionais. Além disso, o fenômeno “permeia a qualidade dos vínculos políticos, culturais e sociais que atravessam os Estados e influencia as sociedades nacionais diversas, enquanto as modela e nelas imprime profundas mudanças”.

O exercício de reflexão que proponho, a seguir, concentra-se sobre o Sudeste Asiático, onde os efeitos avassaladores da globalização, sobre a identidade cultural, levam os países da área a buscar, a nível regional, marcos de referência que permitam afirmar valores, idéias e crenças, consolidadas através de uma história compartilhada, numa geografia determinada.

O estudo da influência da cultura como fator de agregação, em nossos dias, na perspectiva sugerida neste trabalho, tem sido, como se sabe, amplamente adotado por pensadores de renome. O livro de Francis Fukuyama, “Confiança”³, por exemplo, defende, entre outras, a idéia de que as nações dependeriam para tornar-se competitivas, cada vez mais, de sua sociedade civil, isto é da capacidade de pessoas trabalharem juntas, visando a objetivos comuns, em grupos e organizações, sustentando-se em hábitos culturais antigos: reciprocidade, obrigações morais, deveres para a comunidade e, sobretudo, “confiança”.

Manuel Castells, por ocasião de seminário em Brasília intitulado “O Brasil e as Tendências Econômicas e Políticas Contemporâneas”⁴, afirmou que “no momento em que a economia mundial é regida por fluxos financeiros, tecnológicos, comerciais e de valores canalizados por “redes independentes”, adquire importância fundamental a conexão direta – ou rede – representada “pelos crescentes vínculos entre a China e o Sudeste Asiático”.

Isto porque, a maioria dos países do Sudeste Asiático⁵ compartilha de passado que os inseriu, em maior ou menor escala, em esfera de influência político-cultural chinesa. Hoje, esta herança contribui para traçar o perfil de um bloco político de interesses recíprocos e de mega proporções, que incluirá a China e países situados ao Sul de suas fronteiras. Esse processo de cooperação significará a emergência de um novo paradigma, marcado pelo

ressurgimento de hábitos e normas de comportamento antigos, que se tornam fatores de agregação e mesmo de progresso naquela área.

Verifica-se, a propósito, que até meados do século XIX, quando se iniciou a interferência européia no Extremo-Oriente, a China desempenhou papel político dominante, bem como foi o centro radiante de civilização no Sudeste Asiático, em virtude de seu desenvolvimento cultural e sofisticada capacidade de governança. Por isso, os países do Sudeste Asiático eram mais ou menos atraídos à esfera de influência chinesa, em busca de fonte de inspiração e legitimidade política. O Império Chinês reciprocava, atribuindo vínculos especiais a seus vizinhos austrais.

Historicamente, a influência criada pela China era expressa pela sua incontestável superioridade em termos de organização política e social e produção de normas éticas de procedimento executadas exemplarmente pelos próprios chineses, na convivência entre nações. Não se procurava o domínio econômico ou a conquista territorial dos Estados vizinhos, com o emprego da força. Como resultado, o Sudeste Asiático tinha a percepção constante da existência de uma potência regional a ser levada em conta, mas não permanentemente temida.

Em seguida a esta introdução, o trabalho foi dividido em outras seis partes, que, com respeito à região do mundo objeto de estudo, visam, em linhas reconhecidamente simplificadas a avaliar: os efeitos da globalização sobre identidade cultural; a ação da sociedade civil na preservação da cultura; o papel do Confucionismo no desenvolvimento regional; a influência confucionista na organização dos Estados; a influência político-cultural como facilitadora da integração econômica regional; e a emergência de uma “Pax Sínica”.

A metodologia descritiva utilizada foi desenvolvida a partir de pesquisa teórica e empírica, sobre formas de agregação hoje existentes no Sudeste Asiático, em virtude de influência herdada do relacionamento daquela região com a China. Contou-se, principalmente, com o aprendizado adquirido com base em vivência pessoal do autor, que, como diplomata, já serviu durante quatorze anos em postos asiáticos, desde 1982, na China, Malásia, Cingapura, Filipinas, Indonésia e Taiwan. Procura-se, assim, interpretar exercícios de reflexão em curso naquela parte do mundo, que levam, diante do fenômeno da globalização, a agendas de preocupações comuns, cujo entendimento pode contribuir para o refinamento de nossa conceituação dos temas que no momento são discutidos em seus foros regionais, bem como facilitar a melhor interlocução com os países envolvidos.

A globalização e a identidade cultural

O fenômeno avassalador da globalização, como se sabe, tem influenciado a reorganização dos sistemas políticos e econômicos mundiais, aprofundando a internacionalização da produção, impondo uma cultura uniforme com traços ocidentais e determinando as formas de inserção das distintas regiões do planeta.

Diante do desafio, países da Ásia-Pacífico⁶, principalmente a China e os do Sudeste Asiático compartilham da percepção quanto à necessidade de preservar o Estado como agente capaz de fomentar o desenvolvimento econômico e garantidor das aspirações da sociedade.

Isto é, naquela parte do mundo, procura-se defender identidades culturais seculares e mesmo milenares das conseqüências do fenômeno da globalização. Busca-se, assim, garantir de que o Estado conseguirá evitar o desaparecimento da sociedade como agregadora, com capacidade de proporcionar a unidade política, bem como gerenciar atividades econômicas, preservar heranças culturais e, até mesmo, o emprego tradicional.

Conforme se verificará, a seguir, existe todo um “Asian Way”, para equacionar este tipo de situação. Tal processo, ademais, é facilitado pela existência, ao Sul da China, de uma rede de indivíduos com origem étnica comum, chamados “chineses de ultramar”, que têm como referência uma mesma identidade cultural.

O interesse acadêmico sobre a evolução dos regimes políticos na Ásia-Pacífico intensificou-se, desde o término da Guerra Fria. Recentemente, novas perguntas têm sido formuladas, como a relativa à possibilidade de que a falência universal do autoritarismo venha a produzir o mesmo tipo de padrões democráticos, nos termos aceitos pelo Ocidente, no continente asiático, onde experiências históricas, muitas vezes milenares, provocaram a emergência de sociedades organizadas de formas bastante originais, tanto na China quanto nos países da ASEAN.

Na mesma perspectiva, coloca-se o debate quanto ao desenvolvimento do sistema capitalista e das práticas de economia de mercado em países de acelerado crescimento, onde personalidades fortes ou partidos políticos com longa permanência no poder, levaram o Estado a desempenhar papel preponderante no funcionamento das forças de mercado. Também neste setor, são notadas marcantes diferenças entre os modelos adotados na Ásia-Pacífico e os de tradição européia e norte-americano.

Nota-se, a propósito, a crescente preocupação com o fato de que as diferenças de percepção, ora existentes, quanto às práticas democráticas e à utilização das forças de mercado poderiam vir a constituir a essência de nova divisão ideológica, entre o Extremo-Oriente e o Ocidente.

Instituições de pesquisas situadas em membros da ASEAN, principalmente as de Cingapura e Malásia, empenharam-se, então, na formulação de um arcabouço conceitual para justificar os valores que ora caracterizam o “jeito” asiático. Nesse exercício, a Professora cingapureana Chan Heng Chee, do Centro de Estudos do Sudeste Asiático, com sede naquela ilha, tem procurado ressaltar a importância da eficiência governamental como fator de legitimidade dos dirigentes políticos⁷. Tal perspectiva, no entanto, não deixa espaço razoável para a criação de mecanismos apropriados que permitam a alternância de pessoas eficientes, ao mais alto nível de poder, no caso de necessidade de mudanças na administração da economia.

Seu conterrâneo e colega Tommy Koh relacionou, no mesmo artigo⁸, alguns dos traços dominantes da organização política das sociedades bem sucedidas economicamente no Extremo-Oriente. Entre estes cita: um contrato social entre a população e o Estado, que garanta a lei e a ordem em troca do respeito pela autoridade; o mesmo entendimento procura desenvolver a autoconfiança, sem um excesso de benefícios proporcionados pelo Estado; a preservação da moralidade pública é considerada essencial; a imprensa deve ser livre, mas responsável; acima de tudo, o individualismo excessivo do mundo ocidental deve ser rejeitado, em favor dos direitos da coletividade.

Sem entrar no mérito dessas questões, verifica-se que no esforço de reflexão em curso para a definição de uma agenda própria para a Ásia-Pacífico insere-se, entre outros temas, a discussão sobre suas formas originais de organização política. Trata-se de procurar valorizar tais características, a partir de um ponto-de-vista asiático, sem os preconceitos a elas associados pela perspectiva Ocidental.

Centros de estudos regionais acreditam, por exemplo, que os direitos humanos são universais e devem ser respeitados e promovidos em todas as suas dimensões – econômica, social, cultural, civil e política – na forma reconhecida pela carta das Nações Unidas, bem como pela declaração dos direitos humanos e outros instrumentos internacionais. A seu ver, contudo, os direitos econômicos, sociais e culturais devem ser colocados em patamar idêntico ao dos civis e políticos.

Tal princípio, conhecido como o da “indivisibilidade dos direitos”, é ressaltado pelos dirigentes desta parte do mundo de forma a lembrar a seus críticos no ocidente que, nos países industrializados, a estabilidade social e econômica já se encontra consolidada, como resultado de seu próprio estágio de desenvolvimento. Seria natural, portanto, segundo Jusuf Wanandi⁹, do Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais da Indonésia, que os direitos civis e políticos sejam priorizados na Europa e América do Norte.

Em nações ora em fase de crescimento acelerado no Sudeste Asiático, por outro lado, existiria ainda – de acordo com o pensamento de Wanandi – todo um processo de transformação sócio-econômica, cuja moldura exigiria preocupações algumas vezes prioritárias, em função de sua fragilidade, em relação aos direitos civis e políticos. Isto é, seria concedida atenção a estes dois últimos na medida em que os direitos sociais e econômicos estejam consolidados.

Há alegações, no entanto, de que Governos asiáticos, em benefício da estabilidade econômica, possam adiar concessões políticas, tendo, na verdade, como objetivo, sua permanência no poder.

O Jeito Asiático, em suma, consideraria possível que, em determinado país e momento, o desenvolvimento econômico deveria constituir prioridade em relação à implementação de um sistema democrático nos moldes ocidentais. Na medida em que o país em questão obtenha o crescimento desejado, contudo, deveria, simultaneamente, aprimorar suas instituições políticas e conceder maior participação popular nas decisões governamentais. Nesse processo, seria necessário haver mecanismos de avaliação quanto à percepção dos eleitores a respeito do desempenho de seus dirigentes.

Trata-se da busca de cada pessoa desta parte do mundo, de perceber a sociedade a que pertence como uma parte da proteção de suas aspirações e interesses individuais e coletivos. Ao proceder assim, as nações da área objeto de estudo buscam aperfeiçoar o sistema político em que vivem, com o fortalecimento do Estado, como agente garantidor da capacidade agregadora da cidadania.

A ação da sociedade civil na defesa da cultura

Conforme anunciado na introdução, este exercício de reflexão tem procurado analisar, em suas linhas gerais, como países da Ásia-Pacífico têm buscado defender identidades culturais das conseqüências do fenômeno da globalização.

No Sudeste Asiático, a globalização tem sido responsável pela incorporação de um conjunto de mudanças na economia, através da reorganização freqüente de suas vantagens competitivas, transformações técnico-industriais nas formas de produzir e alterações na organização da sociedade. Tudo isso ocorre, no entanto, com a preservação de valores culturais que garantem uma base de sustentação do modelo que se consolida.

A vertente da cooperação produtiva, associada à fluidez do capital financeiro internacional, é mais facilmente identificada e, portanto, apontada como a força motora que impulsiona essa evolução, que, até recentemente, era baseada em divisão do trabalho com forte componente vertical e dependência tecnológica excessiva do Japão.

A regionalização da produção evoluiu, no entanto, na medida em que a interação de novas tendências, entre as quais a redução nos custos da mobilidade dos fatores de produção e as economias de escala exigidas por processos produtivos crescentemente sofisticados, proporcionaram o surgimento dos chamados “tigres” ou “novas economias industrializadas”. Os efeitos de tais reajustes são evidentes no aparecimento de formas de relacionamento inovadoras, que incluem diferentes tipos de parcerias entre Japão, novas economias industrializadas, ASEAN e partes da China.¹⁰

A emergência de certos países e agrupamentos regionais, no entanto, não se deve a experiências isoladas, mas a fenômeno integrado, que projeta sobre a área, como um todo, os benefícios da acumulação de capital e da experiência modernizadora resultante da aplicação prática de novos conhecimentos científicos e tecnológicos.

A preocupação principal do trabalho não é, contudo, com os aspectos econômicos da expansão da RPC em direção ao Sul, mas, sim, com o novo perfil político-cultural das formas de cooperação na área objeto de análise. Nesta perspectiva, verifica-se que, não apenas pela remoção de barreiras tarifárias na fronteira são formados agrupamentos regionais. Trata-se, principalmente, de movimentos que tendem à integração de sociedades, com a harmonização de regras como base de reorganização produtiva e, eventualmente, social.

Verifica-se, a propósito, que influência político-cultural chinesa funciona, hoje, como base de sustentação para esse processo, que é facilitado pela existência, ao Sul da China, de uma rede de indivíduos com origem étnica comum, chamados “chineses de ultramar”, que têm como referência uma mesma identidade cultural. O papel dos “overseas Chinese” será analisado mais adiante.

É necessário ressaltar, a propósito, que, quando se fala em influência político-cultural chinesa, tem-se em conta os efeitos dessa herança histórica na ação da “sociedade civil”, como facilitador do processo atual de cooperação entre a China e o Sudeste Asiático. Trata-se de identificar, nas relações que envolvem atualmente aqueles atores do cenário da Ásia, os aspectos mencionados por Fukuyama, citado acima, a saber : hábitos culturais antigos, reciprocidade, obrigações morais, dever para com a comunidade e, sobretudo, confiança.

Não estão sendo consideradas, portanto, iniciativas de “política de Estado”, por duas principais razões. Em primeiro lugar, porque, tanto na China quanto no Sudeste Asiático, o conceito de Estado evoluiu em diferentes estágios, sempre a partir da perspectiva de que o centro de tudo era a figura do dirigente local, desvinculada de um espaço geográfico definido. A concepção chinesa, ademais, sempre atribuiu importância fundamental aos laços sanguíneos, como marco de referência para a soberania do Imperador¹¹. As fronteiras eram definidas em termos de população, sem levar em conta limites territoriais.

Assim, a partir do século XV, o Estado chinês não tinha o mesmo perfil dos países europeus que, visando a conquista de novos mercados e suprimento de matérias-primas, foram a “fé e o Império” dilatando. A criação dos vínculos culturais entre a China e o Sudeste Asiático foi, portanto, espontânea e gradativa, decorrente do intercâmbio secular e da superioridade dos referenciais chineses e, não, por imposição do expansionismo comercial do mundo ocidental, na forma em que acontecia em diversas partes do planeta, como prenúncio do que viria a ser a globalização de nossos dias.

Tal panorama levou Léon Vandermeersch¹² a contribuir para a tese de que existe, hoje, uma base cultural para avaliar o fenômeno do dinamismo dos países objeto deste estudo. Isto porque, apesar de sua diversidade, em termos de extensão geográfica, população, estágio de desenvolvimento, sistema político e experiência colonial, alguns países do Sudeste Asiático possuem, em comum, conjunto de valores herdados de período de influência cultural chinesa.

O Confucionismo como fator de desenvolvimento

O Confucionismo¹³, com sua convicção na capacidade de transformação e aperfeiçoamento da natureza humana, bem como um guia de normas de comportamento, contém, em si próprio, traços que podem facilitar ou dificultar o desabrochar de forças conducentes ao desenvolvimento econômico.

No Sudeste Asiático, diferentes valores culturais firmemente enraizados em passado histórico próprio, contribuíram, de qualquer forma, para o desenvolvimento de um tipo diferente de economia de mercado, com características e instituições originais.

A disposição de estruturarem-se de forma distinta, ademais, tem conduzido estas sociedades, particularmente no que diz respeito à sua disposição de atuar como um grupo, para a temível competitividade no mercado internacional contra seus rivais na América do Norte e Europa, nas duas últimas décadas.

Seus traços mais marcantes incluem as seguintes considerações¹⁴:

A importância atribuída à harmonia, relações de longo prazo e vínculos pessoais conduz a estruturas empresariais personalizadas, com caráter menos contratual do que as existentes no Ocidente. Dessa forma, o relacionamento entre produtores de componentes e as grandes fábricas, bem como o existente entre as empresas e os bancos e entre trabalhadores e empregadores, tende a obedecer a perspectiva de longo prazo, criando maior estabilidade e sem as condicionantes de caráter imediatista.

Compromissos dessa natureza, possivelmente influenciados pela ênfase confucionista em linhagem, refletem-se com grande impacto nas estratégias nacionais no campo de pesquisa e desenvolvimento, estruturas e divisão de mercados, poupança, empréstimos e juros.

A prioridade tradicionalmente concedida à educação nas sociedades da Ásia-Oriental conduz a um sistema escolar de alta competitividade, com marcantes influências na formação de lideranças nos setores público e privado.

A disciplina já existente para o estudo da literatura e poesia foi facilmente adaptada às necessidades apresentadas pela competição internacional, no sentido de direcionar, agora, o esforço intelectual para o conhecimento científico e tecnológico exigido pelo processo de industrialização.

Estas são as normas freqüentemente evocadas para explicar o sucesso do modelo asiático, onde a estabilidade e a dinâmica sociais dependeriam de lealdades recíprocas, desenvolvidas a partir do âmbito da família, preservadas na estrutura política do Estado e na organização das empresas, até chegar à pessoa do governante supremo.

Registra-se, a propósito, que imigrantes chineses começaram a chegar no Sudeste Asiático há muitos séculos, em busca de comércio, oferecendo sedas e porcelanas, em troca principalmente de produtos aromáticos e medicinais. Gradativamente, intermediários chineses começaram a instalar-se nas principais cidades da região, onde foram encontrados por navegantes ocidentais nos séculos XVI e XVII.¹⁵ Algumas mercadorias de origem chinesa foram levadas daquela área ao Ocidente, por comerciantes indianos e árabes, dando início, assim, a uma diferente rota das sedas – predecessora, certamente, da globalização atual.

Quem são os “chineses de ultramar” no Sudeste Asiático, hoje, é uma questão difícil de precisar. Não são nem nacionais da China, nem de Taiwan, nem imigrantes. Para fins deste estudo, são pessoas nascidas na parte do mundo em questão, afetadas pela esfera de influência cultural da China. Seu papel de intermediários, em termos de agentes financeiros, comerciantes e empresários no caminho de uma expansão econômica da China em direção ao Sudeste Asiático, adquire interesse especial, no momento em que se debate o fenômeno da globalização.

Isto porque, conforme já analisado acima, aqueles atores apresentam-se como capazes de, através do fortalecimento de certos traços culturais herdados de um período de hegemonia chinesa – de uma identidade, portanto – criar, a nível regional, um marco de referência que permita, frente à imposição de práticas de mercado e normas políticas externas, afirmar valores, idéias e crenças, consolidadas através de uma história compartilhada, numa geografia determinada.

Tal evolução contribui para a revisão da perspectiva, algumas vezes aventada, de que o processo de unificação de mercados e sistemas produtivos mundiais – uma das características da globalização – dar-se-ia, meramente, em função de redes financeiras e comerciais, sem levar em conta a existência de outros aspectos de um novo paradigma, como laços interpessoais e fatores culturais.

Estima-se em 55 milhões o número de pessoas de origem chinesa, residentes hoje no Sudeste Asiático (além dos 5 milhões em Hong Kong e 22 milhões em Taiwan). Sem dispor de poder político algum para influenciar o rumo dos acontecimentos na China, aquele grupo, sem conexão formal entre seus membros, está sendo capaz de atuar como a força motora de processo que amplia a fronteira econômica de uma RPC, ainda em desenvolvimento, com dimensões continentais e 1.2 bilhões de habitantes. Para tanto, contam com cerca de US 500 bilhões¹⁶.

O sucesso econômico, que os levou a acumular essa enorme reserva de capital líquido, explica-se pela propensão deste grupo a poupar e reinvestir grande parte de seus ganhos. As razões são diversas e originam-se do hábito antigo de reservar algum dinheiro, para os casos frequentes de calamidades naturais ou guerras.

Formou-se, por outro lado, rede regional, com base em vínculos étnicos, que permitem o fluxo de dinheiro, bens, idéias e, até mesmo, de pessoas entre as empresas, tornados possíveis graças a certas peculiaridades da diáspora chinesa. Essas minorias encontram sustentação em laços estabelecidos a partir do fato de falarem o mesmo dialeto, possuírem parentes distantes ou serem originários do mesmo povoado, província ou região. A relação de confiança, que tais condições conferem a transações comerciais e financeiras, supera a capacidade de coerção ditada por muitos diplomas legais no Ocidente.

O fato de que esta vasta rede de contatos, representada pelos “overseas Chinese”, mantêm-se unida é, em grande parte, explicado por estruturas empresariais com fortes traços familiares. Entre as características apresentadas, encontra-se o esforço, em cada companhia, de manter a tradição dinástica, em nível de propriedade e gerência.

Assim, é comum que herdeiros com formação profissional em Medicina, Engenharia e outras áreas totalmente distintas de Administração ou Economia, venham a ser convocados após a morte de seus pais, para dirigir empresas da família. Não haveria, por outro lado, claros indícios de que cargos de direção venham a ser transferidos para profissionais ou investidores institucionais.

Um sistema empresarial baseado em grande número de companhias gerenciadas com base em estilos autocráticos possuiria a aparente vantagem de tomadas de decisão rápidas. As desvantagens existiriam, também, em mundo de economia globalizada, na medida em que o crescimento dos conglomerados empresariais criam necessidades que ultrapassam a capacidade de gestão contida apenas nos vínculos familiares.

A influência confucionista na organização dos estados

Em linhas, que se reitera, são reconhecidas como simplificadas, é possível afirmar que a busca da estabilidade interna é a preocupação constante das formas de Governo ora existentes no Sudeste Asiático. Daí resulta um exercício permanente de composição efetuado de forma repetitiva e cíclica. Procura-se, primordialmente, valorizar as tradições de cada povo, suas práticas culturais e crenças, bem como tudo aquilo que diga respeito a sua identidade nacional. O equilíbrio é obtido através de conjunto de normas de comportamento desenvolvidas durante períodos monárquicos, de forma a serem permeadas por atitudes e laços tipicamente feudais.

Especialistas no assunto, como Joel Thoraval¹⁷, identificam, nessa perspectiva, o ressurgimento do Confucionismo como fator de agregação e de estabilidade. Esta tese deriva da verificação da capacidade daquele conjunto de crenças, no sentido da transformação e aperfeiçoamento da natureza humana, bem como um guia de normas de comportamento. Como resultado, haveria um maior potencial de governabilidade nos Estados envolvidos.

Na maioria dos países do Sudeste Asiático, a propósito, a estruturação do Estado encontra-se permeada por tais normas. Assim, em Cingapura, por exemplo, ao mesmo tempo em que se utilizam procedimentos que, segundo a concepção ocidental, podem ser considerados “democráticos” para a escolha dos governantes, direitos individuais são sacrificados em benefício daquilo que os eleitos consideram ser o interesse da comunidade como um todo. Nessa perspectiva, uma vez tomada uma decisão, após demoradas consultas à base da “pirâmide social”, a implementação do que foi decidido não admite mais a noção de “loyal opposition” e não é deixado espaço para a manifestação de opositores.¹⁸

Malásia e Indonésia, apesar de sabidamente não pertencerem ao chamado “universo chinês”, em virtude de sua composição étnica e herança cultural distinta, por terem sido expostas também à influência confucionista, não deixaram igualmente de apresentar moldura política adaptada ao formato que a China procurou projetar sobre aquela parte do mundo. Seus Sultões e Monarcas devem, como seus homólogos nas áreas sob influência cultural chinesa, merecer lealdades feudais em contra-partida à concessão aos súditos de sistema de Governo que lhes trazem bem estar e prosperidade.¹⁹

Dessa forma, na Malásia, observa-se o exercício constante da busca do consenso praticado através das articulações desenvolvidas dentro de cada grupo étnico – malaios, chineses e indianos – e entre estes três setores da população. Seu sistema parece falhar, quando o governo de Kuala Lumpur não consegue persuadir parte da comunidade de que os dirigentes agem em benefício de seu interesse mais amplo. A força e a durabilidade do sistema político malásio, por outro lado, reside exatamente no fato de que, a longo prazo, o interesse de todos prevalece na composição circunstancial, em detrimento de benefícios imediatos.

Na Indonésia, pratica-se a mesma busca de consenso, para tomada de decisões intermináveis, até chegar-se a acordo final, muitas vezes de forma imperceptível. Apesar da lentidão, obtém-se a vantagem de que mesmo diante de um exaustivo processo de negociação, há, sempre, a possibilidade de evitar-se momentos de ruptura, desde a proposta de questões em nível de assembleias tradicionais em vilarejos, até a elevação do problema ao Governo Central. A importância desse esforço de negociação permanente fica ressaltada, quando se consideram os separatismos regionais latentes²⁰.

Na Tailândia, a simples recapitulação dos golpes de Estado, manifestações populares violentas e as seguidas constituições adotadas recentemente dariam a impressão de que aquela seria uma formação social sempre à beira do abismo. Nada menos verdadeiro, no entanto, visto o forte sentimento de identidade nacional da população, sua devoção à monarquia reinante, a homogeneidade religiosa e as mesmas práticas confucionistas dos outros países da área. As sucessivas revoluções lá ocorridas, portanto, diriam respeito mais

a rivalidades de setores dominantes tailandeses do que à instabilidade do sistema político do país como um todo.

Entre os países fundadores da ASEAN, apenas as Filipinas não apresentam as mesmas formas de Governo e estrutura social que caracterizam os países do Sudeste Asiático mencionados acima. Apesar de seus vinte anos no poder, o ex-Presidente Marcos não soube, como o fizeram outros dirigentes regionais, construir ampla base política que o sustentasse no poder, através do tradicional consenso asiático. Dessa forma, não conseguiu estabelecer uma “pirâmide de estrutura de poder”, com ampla base de sustentação que poderia fornecer-lhe apoio popular. Limitou-se, apenas, a buscar alianças junto às oligarquias rurais, às forças armadas e aos setores empresariais, sem preocupações com parcerias mais amplas. A instabilidade da vida política filipina seria, ainda, herança das fragilidades estruturais recebidas daquele ditador²¹.

Nota-se, também, que existe, no Sudeste Asiático, a confluência de culturas muito fortes: a chinesa, a indiana e a malaia. Os três grupos, contudo, convivem e desenvolvem-se como se fossem projetos nacionais paralelos, muitas vezes dentro de um único país. É o caso da Malásia e Cingapura. Assim, os festivais de cada grupo étnico são devidamente comemorados, existe uma variedade culinária incrível e há uma enorme mistura de religiões e crenças.

Ao contrário do que se testemunhou, recentemente, em outras partes do mundo, não se busca, na área objeto de estudo, a segregação ou mesma a eliminação de uma ou outra etnia. Assiste-se, na verdade, a uma competição saudável que respeita as diferenças e incentiva cada grupo étnico a superar o outro, em termos de convivência harmoniosa, no âmbito da diversidade cultural.

A influência político-cultural como facilitadora da integração econômica regional.

Conforme mencionado acima, no momento em que a globalização reorganiza o sistema político e econômico internacional, aprofundando a internacionalização da produção, as relações entre Pequim e as capitais do Sudeste Asiático evoluem no quadro de movimento de integração regional fortemente influenciado por “redes” de natureza financeira, comercial e de valores entre os nacionais da RPC e os *overseas Chinese* residentes ao Sul da China.

Essa evolução será facilitada por aspectos relacionados com a existência de uma base cultural chinesa, a sustentar o modelo de desenvolvimento ora bem sucedido, em um fenômeno de *cross fertilization*²² entre aquela área considerada historicamente como situada na periferia do Império do Centro, e a RPC, através de intercâmbio em que, por um lado, Pequim voltaria a fornecer a moldura ideológica de sustentação para a estabilidade da área e, por outro, seus já bem sucedidos vizinhos, em troca, indicariam o rumos para o aperfeiçoamento da “economia de mercado com características chinesas”.

O que se pretende ressaltar, por outro lado, é o fato de que, desde o início da atual política de modernização da China, na década de 1970²³, há desdobramentos que facilitam uma

possível futura congruência entre a área de influência tradicional da cultura chinesa e uma nova fronteira econômica da RPC.

Tal processo de ampliação perduraria até que se obtivesse, através de um processo gradativo de *building blocks*, uma moldura política regional com forte influência do ordenamento histórico em que, durante séculos, parte da área hoje situada entre Myanmar e Vietnã esteve inserida em grande arco de Estados vinculados ao Império do Centro.

Na primeira etapa dessa evolução, logo após o desaparecimento de Mao Zedong, integrou-se o próprio sistema econômico chinês. Em seguida, vieram as Áreas Econômicas Especiais, onde foram permitidas práticas de economia de mercado dentro de um sistema centralmente planejado mais amplo. A maximização de Hong Kong, em seu papel histórico de porta de contato com o resto do mundo, foi o bloco posterior, seguido por Macau. Uma vez alcançada a reintegração de Taiwan, estaria completada a restauração do domínio territorial do antigo império chinês e restaria o bloco final no caminho da abertura da China, no sentido da modernização, que abrangeria os países do Sudeste Asiático com fortes contingentes populacionais de origem chinesa.

Este último desenvolvimento ocorreria através do intercâmbio de referenciais de valores entre aquela área, considerada historicamente como situada na periferia do Império do Centro, e a RPC. Assim, por um lado, a existência de uma base cultural chinesa serviria de plataforma de sustentação para um processo de cooperação com o Sudeste Asiático.

Por outro, haveria os tipos de contribuições seguintes:

Os países bem sucedidos como a “vitrine do Capitalismo no Sudeste Asiático” a exemplo de Cingapura – indicariam os rumos para o aperfeiçoamento da “economia socialista de mercado”²⁴, com características chinesas, ora buscada pelo programa de modernização da RPC;

A persistência do Vietnã em manter seu sistema central de planejamento, ao mesmo tempo em que adota “práticas de economia de mercado”, reforçaria a proposta chinesa de manter a vertente “socialista” entre as medidas que estão sendo testadas, no programa de modernização da República Popular da China;

E o esforço de composição permanente, no sentido da manutenção da harmonia e convivência pacífica entre a população de origem chinesa e os de fé islâmica, na Malásia e Indonésia, serviria como inspiração para exercício semelhante a ser promovido na região central da RPC, principalmente na província de Xinjiang, onde há expressivo contingente de muçulmanos, bem como a necessidade de relacionar-se com novas Repúblicas, como a do Tadjiquistão, onde predomina a mesma religião.

Assim, ressalta-se o exemplo emblemático de Cingapura que possui, hoje, um relacionamento privilegiado com Pequim. Em resumo, recorda-se que, na península malásia (Malásia e Cingapura), existe a maior comunidade de *overseas Chinese* e que o equilíbrio racial e a segurança da área têm dependido do exercício de busca constante de estabilidade regional, em suas relações com a RPC. Em Cingapura, é de 75% a participação de chineses na população de cerca de 3 milhões. Na Malásia, aquele grupo étnico corresponde a cerca

de 35% do total de 17 milhões de habitantes. Cingapura chega a ser chamada de a “Terceira China” – em seguida à RPC e Taiwan.

As relações econômicas entre a China e a Malásia têm apresentado perfil distinto das desenvolvidas com os demais membros da ASEAN. Desde a fundação da RPC, o volume, composição e estabilidade do comércio chinês com a península malásia têm servido de esteio para as transações com a região do Sudeste Asiático. Houve momentos em que o intercâmbio da China com a área reduziu-se virtualmente a Malásia e Cingapura, em virtude de boicote internacional ou em razão de turbulência interna chinesa. Como consequência, esses países consolidaram-se como intermediários naturais para o comércio com a República Popular, mesmo após a normalização das relações com os demais membros da ASEAN, na década de 1980.

Hoje, a moldura política existente permite estar sendo construída uma réplica daquela cidade-Estado no Nordeste da China, onde vivem cerca de 200 milhões de pessoas, com o maior poder aquisitivo e nível cultural do país. Trata-se de um novo conceito de prestação de serviços, que não inclui apenas a transferência de fábricas, em busca de custos mais baixos, mas a exportação a parte da RPC de todo um modelo sócio-econômico, com padrões de consumo e necessidades de infra-estrutura, em moldes hoje existentes naquela capital do Sudeste Asiático.

Tal processo confirma a impressão de que, apesar das consequências da globalização, vivem-se transformações paradigmáticas na Ásia-Pacífico, decorrentes de dinâmica regional própria, na medida em que, por um lado, ocorre o ressurgimento de influência político-cultural chinesa, e, por outro, o sucesso da economia em áreas do Sudeste Asiático fornecerá modelos para o projeto de modernização da RPC.

A “pax sinica” no sudeste asiático

O raciocínio acima não deriva, unicamente, de exercer o gosto oriental por processos cíclicos, em que ora predomina o velho, ora o novo, sempre presentes nas filosofias predominantes naquela parte do mundo.

A percepção é que está em curso a reemergência de uma *pax sinica*, ao Sul da China, deriva dos seguintes fatos:

O desdobramento da atual macro-estrutura internacional tem-se refletido, no Sudeste Asiático, pelo recuo das esferas de influência prevaletentes durante o período da Guerra Fria. Como resultado, o clima de distensão generalizado e os esforços em curso no sentido da integração e cooperação econômica favorecem a busca de uma moldura política estável, que permita às nações da área concentrarem o máximo de suas atenções no desenvolvimento econômico;

A nova multipolaridade regional, contudo, tem que levar em conta divergências históricas entre a China e os membros da ASEAN. Por um lado, verifica-se o temor dos países do Sudeste Asiático, quanto à existência real de futura ameaça de hegemonismo chinês. Esse receio deriva de avaliação do potencial ainda inexplorado da China, bem como de sua futura capacidade de projetar o poderio militar sobre a região;

A “Nova Ordem Internacional”, no entanto, tem apresentado preocupações mais imediatas aos países daquela área que pretendem manter sua alta taxa de crescimento. A natureza autoritária do regime de quase todos os integrantes da ASEAN (com exceção apenas das Filipinas), por exemplo, torna-os agora, alvo de críticas dos EUA, CE e mesmo Japão, quanto a direitos humanos e garantias democráticas; daí, a possibilidade de que, para a sustentação e seu modelo econômico bem sucedido, os países aseanistas tenham que apelar, gradativamente, para o embasamento da herança cultural chinesa;

Em suma, para o estabelecimento de um contorno ideológico que favoreça os países do Sudeste Asiático, seja os que sempre se declararam capitalista, seja o Vietnã, que continua a declarar-se socialista, a estrutura política atual adotada pela China é um importante parâmetro de referência. Para os adeptos do sistema de economia de mercado sob instituições fortemente autoritárias, há amplos traços a serem imitados e justificados no modelo político chinês. Os que desejam, de sua parte, sair da rigidez da centralização socialista sem, contudo, mudar o rótulo de seus regimes, também não terão problemas para citar suas fontes de inspiração.

Esse processo de cooperação significará a emergência de um novo paradigma, que incorpora mudanças na economia, transformações técnico-industriais nas formas de produzir e alterações na organização da sociedade, bem como é marcado pelo ressurgimento de hábitos e normas de comportamento antigos, que se tornam no mundo de hoje fatores de agregação e mesmo de progresso naquela área.

Isto porque, conforme mencionado acima, historicamente, a influência criada pela China era expressa pela sua incontestável superioridade em termos de organização política e social e produção de normas éticas de procedimento executadas exemplarmente pelos próprios chineses, na convivência entre nações. Entre esses valores, são identificados : a disciplina social; a ênfase na participação comunitária; a importância do relacionamento pessoal; o caráter prioritário da educação; a expectativa de liderança governamental; a aversão ao individualismo; a perspectiva de longo prazo; a propensão a evitar conflitos legais; a preocupação constante com a harmonia; a unidade familiar; e o sentido do dever.

A partir do século XV, emerge uma ordem em que a China desempenhava papel dominante, bem como servia como fonte de inspiração para a organização política dos Estados situados ao Sul de suas fronteiras, que adotavam sistema político-social semelhante ao monárquico chinês. Suas economias funcionavam, também, de forma similar e, através de intenso intercâmbio comercial, eram complementares. Tal esquema foi desestruturado pelos europeus, ao dividirem entre si o continente asiático, no século passado, e rompido definitivamente após a Revolução de 1949 e o advento da Guerra Fria.

Com o início do processo de modernização da RPC, na década de 1970, e o término do período de bipolaridade mundial, na de 1990, criaram-se novas condições para o ressurgimento daquela antiga moldura político-cultural. Isto é, ressurgiram, no âmbito das relações entre a China e o Sudeste Asiático, condições para o desenvolvimento de processo de cooperação, que tenha como base de sustentação aquele conjunto de valores culturais chineses compartilhados, citados anteriormente, em oposição à expansão econômica resultante da utilização da força.

Com o recuo das esferas de hegemonia ideológica, prevalentes no período de bipolaridade mundial, fortalece-se percepção de que está em curso o ressurgimento de uma influência político-cultural chinesa como fator de estabilidade, ao Sul da China. Assim, a estrutura política atual adotada pela China torna-se um importante parâmetro de referência, na medida em que influencia um contorno ideológico favorável aos países do Sudeste Asiático, seja os que sempre declararam capitalistas, como os fundadores da ASEAN, seja o Vietnã, que continua a declarar-se socialista.

Nessa perspectiva, para os adeptos do sistema de economia de mercado sob instituições fortemente autoritárias, há amplos traços a serem imitados e justificados no modelo político chinês. Os que desejam, de sua parte, sair da rigidez da centralização socialista sem, contudo, mudar o rótulo de seus regimes, também não terão problemas para citar suas fontes de inspiração.

Conclusão

Os organizadores do X Congresso da ALADAA propuseram a seus participantes a análise das características do atual processo de integração mundial, conhecido como “globalização” com o objetivo de conhecer a evolução deste processo “em diferentes contextos da Ásia e África, a partir de uma perspectiva histórica mais ampla, para aproximá-la das realidades da América Latina”.

No exercício de reflexão acima, o autor pretendeu examinar, em linhas reconhecidamente simplificadas, diante das limitações impostas ao texto, como a globalização afeta a diversidade cultural e questiona a identidade cultural no Sudeste Asiático. Procurou-se, então, salientar que o ressurgimento de influência político-cultural chinesa, naquela área, tem contribuído para preservar o Estado como agente capaz de fomentar o desenvolvimento econômico e garantidor das aspirações da sociedade.

Este esforço de análise, espera-se, poderia contribuir para a identificação da agenda de preocupações comuns daqueles povos asiáticos, cujo entendimento serviria para o refinamento de nossa conceituação dos temas que no momento são discutidos em seus foros regionais, bem como facilitar a melhor interlocução nossa – e da América Latina – com os países envolvidos.

Taipé, em 22.08.00

Notas Bibliográficas:

¹ Diplomata. Exerce as funções de Diretor do Escritório Comercial do Brasil em Taipé, desde fevereiro de 1998. As opiniões deste artigo não expressam, necessariamente, as do Ministério das Relações Exteriores e são da inteira responsabilidade do autor.

² DREIFUSS, RENÉ ARMAND. *A Época das Perplexidades*. Editora Vozes. 1996.

³ *Confiança – As virtudes sociais e a criação da prosperidade*, por FRANCIS FUKUYAMA, Editora Rocco – Rio de Janeiro – 1996.

⁴ “O Brasil e as Tendências Econômicas e Políticas Contemporâneas”- Seminário de Brasília, 2 e 3/12/94. FUNAG. 1995. Pag. 15.

⁵ Nesta sub-região estão incluídos: Myanmar, Tailândia, Malásia, Cingapura, Indonésia, Brunei, Filipinas, Vietnam, Laos e Camboja.

⁶ Quando se fala em Ásia-Pacífico – como fator de dinamismo econômico – tem-se em mente o conjunto formado pelo Japão, os quatro “tigres asiáticos” – Cingapura, Coreia do Sul, Hong Kong e Taiwan – e os países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) – Brunei, Filipinas, Indonésia, Malásia, Tailândia, Vietnã, Camboja, Laos, Myanmar e, novamente, Cingapura. Parcela crescente do território chinês, ao longo de sua costa Pacífica, vem sendo incorporada a tal agrupamento.

⁷ As declarações da Prof. Chan Heng Chee, bem como a de outros teóricos da existência de um “Jeito Asiático”, são publicadas em artigo da revista *Far Eastern Economic Review*, em 12 de março de 1994, intitulado “The Asian Way”, pag. 22 e seguintes.

⁸ No mesmo artigo citado na nota anterior, Tommy Koh afirma que “*For generations Asians have learned from the West and we continue to do so. I hope the time has come when the West should also be willing to learn from the East*”.

⁹ Conferência do prof. JASUF WANANDI, intitulada “Human rights and democracy in the asean nations: the next 25 years”, publicada no *Asean-Isis Monitor*, volume nr.5, outubro-dezembro de 1992.

¹⁰ Vide PORTO DE OLIVEIRA, AMAURY, *Série de Assuntos Internacionais* – 21, publicado pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, em abril de 1992.

¹¹ A respeito das diferenças de percepção sobre a formação e papel do Estado, entre a matriz de pensamento greco-romana e a concepção tradicional chinesa, vide artigo de R.D. HILLS, “Fishing in Troubled Waters: Some Thoughts on Territorial Claims in the South China Sea”, publicado pelo Center of Asian Studies, University of Hong Kong, 1991.

¹² “Le Nouveau Confucianisme” – LÉON VANDERMEERSCH, *Le Débat* – número 66 setembro-outubro 1991.

¹³ Vide, entre outros, “Confucius”, por BETTY KELEN, GRAHAM BRASH (PTE) LTD, 227 Rangoon Road, Singapore.

¹⁴ “East Asia a more useful model for china”, artigo de Tan Kong Yam, Diretor do Instituto de Filosofias Orientais de Cingapura, no jornal *The Straits Times*, em 13 de janeiro de 1990, Cingapura; e “East Asia better model than west for China”, artigo de CHEN SHOONG TAT, economista cingapureano, publicado no jornal *The Strait Times*, em 11 de janeiro de 1990, Cingapura.

¹⁵ A história da instalação dos chineses no Sudeste Asiático é contada, entre outros, em *The Rise of Ersatz Capitalism in South-East Asia*, por YOSHIHARA KUNIO, Oxford University Press, New York, 1988.

¹⁶ As revistas *Asiaweek*, em seu número de 14 de dezembro de 1999, e *Far Eastern Economic Review*, em 15.12.99, publicam artigos em que buscam quantificar os negócios dos “overseas Chinese”, no Sudeste Asiático.

¹⁷ JOEL THORAVEL, artigo “La Chine dans la Philosophie”, publicado em *Esprit*, em maio de 1994.

¹⁸ A respeito, vide “Human Rights in Singapore, Perceptions and Problems”, por MELANIE CHEW, em *Asian Survey*, vol XXXIV, Nr. 11, Nov. 1994.

¹⁹ A revista *Asiaweek*, em seu editorial no exemplar de 26.10.1994, sob o título de “Confucian Comeback”, menciona que “*Malaysia, Thailand and Indonesia are nations that have been significantly influenced by Confucian thought and values, both because of their important Chinese minorities and their proximity to the philosopher’s homeland*”.

²⁰ A respeito da evolução histórica da política interna indonésia, sugere-se a leitura do texto de LEO SURYADINATA, em *Politics in the ASEAN States*, editado por Diane K. Mauzy, Maricans, Kuala Lumpur.

²¹ O mesmo livro citado no item anterior também publica artigo de Benjamin N. Muego, sobre a política interna filipina.

²² Segundo “The Random House Dictionary of English Language, Second Edition Unabridged”, “cross fertilization” pode ser entendido como : “*interaction or interchange, as between two or more cultures, fields of activity or knowledge, or the like, that is mutually beneficial and productive*”.

²³ Entre as conquistas do processo de modernização da economia chinesa, iniciado a partir do final da década de 1970, encontram-se: o fato de que as livres forças de mercado determinam, nos dias de hoje, a formação de preços de cerca de 80% da produção agrícola e industrial; a estrutura de propriedade da economia sofreu reajustes drásticos, com o setor privado absorvendo agora mais de 60% do PNB; as empresas estatais adquiriram autonomia crescente, ao mesmo tempo em que são submetidas, cada vez mais, às demandas do mercado; o sistema de distribuição e circulação de mercadorias passou a depender menos de um centro de decisões entralmente planejado; foi concedido enorme impulso à abertura da economia ao exterior, com o fortalecimento dos vínculos econômicos, comerciais e de investimentos com o resto do mundo.

²⁴ O conceito de “economia socialista de mercado” é, ainda, pouco preciso. Seriam características suas: a propriedade estatal de 51% dos setores estratégicos da economia, entre estes o de energia, telecomunicações, produção de armamentos, aço, energia, etc; um sistema de assistência social aos trabalhadores em que haveria divisão de responsabilidades entre o Governo e as empresas – algo nos moldes existentes no Japão; o planejamento macroeconômico a longo prazo permanece responsabilidade do Governo Central, enquanto as decisões empresariais, a nível micro, ficam sujeitas às forças de mercado.

